

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2024/5194	11821/2024	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DMG - DIREÇÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Assunto: Protocolo de Colaboração entre Fábrica da Igreja Paroquial de São Vitor e Câmara Municipal de Braga

Considerando que:

Que incumbe ao Estado, entre outros, a valorização do património cultural como instrumento primacial de realização da dignidade da pessoa humana, objeto de direitos fundamentais meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e da identidade nacionais;

Que o conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais;

Que o Município dispõe, nomeadamente, de atribuições no domínio do Património, Cultura, Ciência e Turismo, nos termos do artigo 23º, nº2 alínea e) Lei nº75/2013, de 12 de setembro;

É incumbência Fábrica da Igreja Paroquial de São Vitor zelar pelo bom estado de conservação e valorização do património cultural a seu cargo, bem como da disponibilização desse mesmo património ao público;

Que a Fábrica da Igreja Paroquial de São Vitor tem vindo a desenvolver esforços e que pretende dar continuidade ao propósito de proteger, valorizar e divulgar a Igreja de São Vitor, como uma mais-valia para o património cultural e turístico da cidade;



Que a Câmara Municipal de Braga reconhece e apoia os esforços desenvolvidos pela Fábrica da Igreja Paroquial de São Vítor e legitima e reforça a importância da Igreja de São Vítor para a diferenciação e qualificação turística da região, pela via do Turismo Religioso e Cultural;

Que compete ao Município assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, manutenção, recuperação e divulgação do património cultural do Município, bem como apoiar atividades de natureza cultural e recreativa, de interesse municipal, nos termos do artigo 33º, nº1, alínea t) da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;

Que a Igreja de São Vítor é um edifício classificado como de IIP – Imóvel de Interesse Público desde 1977, pelo Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977, assume grande relevância patrimonial no enquadramento do tecido urbano de Braga.

Considerando ainda que:

Os municípios conciliam atribuições no domínio dos equipamentos urbanos e a competência da Câmara Municipal para deliberar as formas de apoio a entidades legalmente existentes, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais ou outras de interesse para o município, conforme alínea a) do nº2 do artigo 23º e da alínea t) do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

Em face do exposto:

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a aprovação da celebração do Protocolo identificado em epígrafe, conforme previsto no nº 3, do artigo 35º, e da alínea t) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual versão. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

ENTRE

FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SÃO VÍTOR

E

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

Enquadramento

Considerando que:

Os municípios conciliam atribuições no domínio dos equipamentos urbanos e a competência da Câmara Municipal para deliberar as formas de apoio a entidades legalmente existentes, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais ou outras de interesse para o município, conforme alínea a) do nº2 do artigo 23º e da alínea t) do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;

Que incumbe ao Estado, entre outros, a valorização do património cultural como instrumento primordial de realização da dignidade da pessoa humana, objeto de direitos fundamentais meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e da identidade nacionais;

Que o conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais;

Que o Município dispõe, nomeadamente, de atribuições no domínio do Património, Cultura, Ciência e Turismo, nos termos do artigo 23º, nº2 alínea e) Lei nº75/2013, de 12 de setembro;

É incumbência Fábrica da Igreja Paroquial de São Vítor zelar pelo bom estado de conservação e valorização do património cultural a seu cargo, bem como da disponibilização desse mesmo património ao público;



Que a Fábrica da Igreja Paroquial de São Vítor tem vindo a desenvolver esforços e que pretende dar continuidade ao propósito de proteger, valorizar e divulgar a Igreja de São Vitor, como uma mais-valia para o património cultural e turístico da cidade;

Que a Câmara Municipal de Braga reconhece e apoia os esforços desenvolvidos pela Fábrica da Igreja Paroquial de São Vítor e legitima e reforça a importância da Igreja de São Vitor para a diferenciação e qualificação turística da região, pela via do Turismo Religioso e Cultural;

Que compete ao Município assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, manutenção, recuperação e divulgação do património cultural do Município, bem como apoiar atividades de natureza cultural e recreativa, de interesse municipal, nos termos do artigo 33º, nº1, alínea t) da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;

Que a Igreja de São Vítor é um edifício classificado como de IIP – Imóvel de Interesse Público desde 1977, pelo Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977, assume grande relevância patrimonial no enquadramento do tecido urbano de Braga.

É celebrado e reciprocamente aceite por ambas as entidades, o presente acordo de colaboração, que rege as seguintes cláusulas:

Entre:

Fábrica da Igreja Paroquial de São Vítor, pessoa coletiva com n.º 501181741, com sede na Rua São Domingos 4, 4710-435 Braga, representado por António Sérgio Gouveia Garcia Torres, doravante designado Primeiro Outorgante;

e

A Câmara Municipal de Braga, pessoa coletiva nº 506 901 173, com sede na Praça Municipal, em Braga, neste ato representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal e no uso de poderes que



lhe são conferidos pela alínea a) do nº1 do artigo 35º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, doravante designado por Município ou Segundo Outorgante;

O qual se regerá pelo disposto nas cláusulas seguintes e no que for omissivo pela legislação aplicável em vigor.

CLÁUSULA 1ª

(Fundamento)

Atendendo ao reconhecimento, por parte do Município de Braga, do elevado interesse patrimonial, cultural e turístico da Igreja de São Vitor, por se tratar de um imóvel classificado como IIP – Imóvel de Interesse Público desde 1977, pelo Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977; é vontade de ambas as partes fortalecerem a relação de colaboração, no que concerne à conservação, valorização e dinamização deste Bem Cultural, potenciando-o como um recurso importante à atividade turística, considerando também a sua integração na rota “Talhas, Azulejos e Frescos a Norte”, promovida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR NORTE) e a Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal (ER-TPNP).

CLÁUSULA 2ª

(Objeto)

O presente Protocolo estabelece as formas de colaboração e apoio da Câmara Municipal de Braga à Fábrica da Igreja Paroquial de São Vítor tendo em vista a execução da operação “VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA IGREJA DE SÃO VITOR, BRAGA.”, que a Fábrica da Igreja Paroquial de São Vítor pretende candidatar ao AVISO Nº NORTE2030-2024-31, designado Cultura - Iniciativas Âncora Regionais (“Rotas do Norte”), no âmbito do Regulamento Específico da Área Temática Valorização do Território e Infraestruturas Sociais, REVTIS (Portaria n.º 153-A/2024/1, de 8 de maio), do Norte 2030.

CLÁUSULA 3ª



(Obrigações dos outorgantes)

São obrigações do primeiro outorgante, Fábrica da Igreja Paroquial de São Vítor, com total responsabilidade financeira, no âmbito do presente protocolo, e por referência à operação “VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA IGREJA DE SÃO VITOR, BRAGA:” com vista à realização de:

A execução de todas as despesas da operação VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA IGREJA DE SÃO VITOR, BRAGA:

- a) Intervenção de conservação e restauro do conjunto retabular barroco da Igreja Paroquial de São Vitor;
- b) Intervenção de conservação e restauro do revestimento azulejar barroco e das cantarias interiores da Igreja Paroquial de São Vitor;
- c) Intervenção de conservação das coberturas e fachada principal da Igreja Paroquial de São Vitor;
- d) Fiscalização das intervenções de conservação e restauro do conjunto retabular barroco, do revestimento azulejar barroco e das cantarias interiores e, de conservação das coberturas e fachada principal da Igreja Paroquial de São Vitor;
- e) Conceção e execução de equipamentos e instrumentos de interpretação da Igreja de São Vítor e do seu recheio artístico (APP de visita; ecrã Touch Screen, Brochura de Divulgação).;
- f) Implementação do Plano de Comunicação da operação “VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA IGREJA DE SÃO VITOR, BRAGA.

São obrigações do Segundo outorgante, a Câmara Municipal de Braga, no âmbito do presente protocolo, e por referência à operação “VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA IGREJA DE SÃO VITOR, BRAGA”:

- a) Acompanhamento técnico das intervenções de conservação e restauro do conjunto retabular barroco, do revestimento azulejar barroco e das cantarias interiores e, de conservação das coberturas e fachada principal da Igreja Paroquial de São Victor, que consistirá numa reunião mensal em obra, com a presença de um técnico



- Superior do Município de Braga com formação na área de Engenharia Civil por um período de 16 meses a contar da data de produção de efeitos do presente protocolo;
- b) Colaborar na dinamização de 4 visitas guiadas à Igreja de São Victor, no decorrer da execução da operação e de 4 visitas guiadas no fim da execução da operação;
 - c) Publicitar em todos os meios de promoção e divulgação disponíveis do Município, as iniciativas e atividades a realizar na Igreja de São Victor no âmbito da operação “VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA IGREJA DE SÃO VICTOR, BRAGA”.

CLÁUSULA 4ª

(Financiamento dos objetivos do protocolo)

Para a implementação dos objetivos identificados na cláusula segunda compete ao Primeiro Outorgante, a Fábrica da Igreja Paroquial de São Vítor, a elaboração da candidatura e respetiva gestão e execução física e financeira da operação “VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA IGREJA DE SÃO VÍTOR, BRAGA” no âmbito do AVISO Nº NORTE2030-2024-31, designado Cultura - Iniciativas Âncora Regionais (“Rotas do Norte”), no âmbito do Regulamento Específico da Área Temática Valorização do Território e Infraestruturas Sociais, REVTIS (Portaria n.º 153-A/2024/1, de 8 de maio), do Norte 2030.

CLÁUSULA 5ª

(Alterações ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser alterado, de acordo com as partes, caso haja necessidade de introduzir modificações de carácter temporal ou material, desde que as mesmas concorram para o aperfeiçoamento ou ampliação de efeitos do mesmo, e não alterem o propósito da operação: “VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA IGREJA DE SÃO VÍTOR, BRAGA”.



CLÁUSULA 6ª

(Gestão do protocolo)

São designados como Gestores deste protocolo, que terão a função de acompanhar a execução deste, António Sérgio Gouveia Garcia Torres, por parte da Primeira Outorgante e pelo Eng. António Peixoto, da Divisão de Gestão de Empreitadas designado pela Direção de Obras Municipais da CMBraga, por parte do Segundo Outorgante.

CLÁUSULA 7ª

(Dúvidas e Omissões)

As dúvidas suscitadas pela aplicação deste Protocolo e as omissões são esclarecidas por comum acordo entre as partes signatárias, dentro do princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução das finalidades expressas.

CLÁUSULA 8ª

(Cessação do Protocolo)

O presente Protocolo pode, a todo o tempo, ser resolvido pelo Segundo Outorgante, caso a Primeira Outorgante deixe de cumprir as obrigações que aqui assume no decurso da execução deste protocolo, bem como, quando não sejam cumpridos os objetivos que constituíram o objeto do presente Protocolo.

O Protocolo pode ainda ser resolvido pelo Segundo Outorgante, por razões de interesse público devidamente fundamentado.

CLÁUSULA 9ª

(Vigência)

Sem prejuízo de uma eventual revisão do acordo de colaboração pelas partes contratantes, a sua execução reporta-se ao período compreendido de 36 meses a contar da data de 2 de janeiro de 2025.



O presente Protocolo é lavrado em duplicado e assinado pelo Presidente da Câmara Municipal de Braga, e pelo Presidente da Fábrica da Igreja Paroquial de São Vítor.

Braga, 4 de dezembro de 2024

Pela Câmara Municipal de Braga, o Presidente

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pela Fábrica da Igreja Paroquial de São Vítor, o Presidente

(António Sérgio Gouveia Garcia Torres)



PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

ENTRE

FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SÃO VÍTOR

E

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

Enquadramento

Considerando que:

Os municípios conciliam atribuições no domínio dos equipamentos urbanos e a competência da Câmara Municipal para deliberar as formas de apoio a entidades legalmente existentes, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais ou outras de interesse para o município, conforme alínea a) do nº2 do artigo 23º e da alínea t) do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;

Que incumbe ao Estado, entre outros, a valorização do património cultural como instrumento primordial de realização da dignidade da pessoa humana, objeto de direitos fundamentais meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e da identidade nacionais;

Que o conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais;

Que o Município dispõe, nomeadamente, de atribuições no domínio do Património, Cultura, Ciência e Turismo, nos termos do artigo 23º, nº2 alínea e) Lei nº75/2013, de 12 de setembro;

É incumbência Fábrica da Igreja Paroquial de São Vítor zelar pelo bom estado de conservação e valorização do património cultural a seu cargo, bem como da disponibilização desse mesmo património ao público;



Que a Fábrica da Igreja Paroquial de São Vítor tem vindo a desenvolver esforços e que pretende dar continuidade ao propósito de proteger, valorizar e divulgar a Igreja de São Vitor, como uma mais-valia para o património cultural e turístico da cidade;

Que a Câmara Municipal de Braga reconhece e apoia os esforços desenvolvidos pela Fábrica da Igreja Paroquial de São Vítor e legitima e reforça a importância da Igreja de São Vitor para a diferenciação e qualificação turística da região, pela via do Turismo Religioso e Cultural;

Que compete ao Município assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, manutenção, recuperação e divulgação do património cultural do Município, bem como apoiar atividades de natureza cultural e recreativa, de interesse municipal, nos termos do artigo 33º, nº1, alínea t) da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;

Que a Igreja de São Vítor é um edifício classificado como de IIP – Imóvel de Interesse Público desde 1977, pelo Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977, assume grande relevância patrimonial no enquadramento do tecido urbano de Braga.

É celebrado e reciprocamente aceite por ambas as entidades, o presente acordo de colaboração, que rege as seguintes cláusulas:

Entre:

Fábrica da Igreja Paroquial de São Vítor, pessoa coletiva com n.º 501181741, com sede na Rua São Domingos 4, 4710-435 Braga, representado por António Sérgio Gouveia Garcia Torres, doravante designado Primeiro Outorgante;

e

A Câmara Municipal de Braga, pessoa coletiva nº 506 901 173, com sede na Praça Municipal, em Braga, neste ato representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal e no uso de poderes que



lhe são conferidos pela alínea a) do nº1 do artigo 35º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, doravante designado por Município ou Segundo Outorgante;

O qual se regerá pelo disposto nas cláusulas seguintes e no que for omissivo pela legislação aplicável em vigor.

CLÁUSULA 1ª

(Fundamento)

Atendendo ao reconhecimento, por parte do Município de Braga, do elevado interesse patrimonial, cultural e turístico da Igreja de São Vitor, por se tratar de um imóvel classificado como IIP – Imóvel de Interesse Público desde 1977, pelo Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977; é vontade de ambas as partes fortalecerem a relação de colaboração, no que concerne à conservação, valorização e dinamização deste Bem Cultural, potenciando-o como um recurso importante à atividade turística, considerando também a sua integração na rota “Talhas, Azulejos e Frescos a Norte”, promovida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR NORTE) e a Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal (ER-TPNP).

CLÁUSULA 2ª

(Objeto)

O presente Protocolo estabelece as formas de colaboração e apoio da Câmara Municipal de Braga à Fábrica da Igreja Paroquial de São Vítor tendo em vista a execução da operação “VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA IGREJA DE SÃO VITOR, BRAGA.”, que a Fábrica da Igreja Paroquial de São Vítor pretende candidatar ao AVISO Nº NORTE2030-2024-31, designado Cultura - Iniciativas Âncora Regionais (“Rotas do Norte”), no âmbito do Regulamento Específico da Área Temática Valorização do Território e Infraestruturas Sociais, REVTIS (Portaria n.º 153-A/2024/1, de 8 de maio), do Norte 2030.

CLÁUSULA 3ª



(Obrigações dos outorgantes)

São obrigações do primeiro outorgante, Fábrica da Igreja Paroquial de São Vítor, com total responsabilidade financeira, no âmbito do presente protocolo, e por referência à operação “VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA IGREJA DE SÃO VITOR, BRAGA:” com vista à realização de:

A execução de todas as despesas da operação VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA IGREJA DE SÃO VITOR, BRAGA:

- a) Intervenção de conservação e restauro do conjunto retabular barroco da Igreja Paroquial de São Vitor;
- b) Intervenção de conservação e restauro do revestimento azulejar barroco e das cantarias interiores da Igreja Paroquial de São Vitor;
- c) Intervenção de conservação das coberturas e fachada principal da Igreja Paroquial de São Vitor;
- d) Fiscalização das intervenções de conservação e restauro do conjunto retabular barroco, do revestimento azulejar barroco e das cantarias interiores e, de conservação das coberturas e fachada principal da Igreja Paroquial de São Vitor;
- e) Conceção e execução de equipamentos e instrumentos de interpretação da Igreja de São Vítor e do seu recheio artístico (APP de visita; ecrã Touch Screen, Brochura de Divulgação).;
- f) Implementação do Plano de Comunicação da operação “VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA IGREJA DE SÃO VITOR, BRAGA.

São obrigações do Segundo outorgante, a Câmara Municipal de Braga, no âmbito do presente protocolo, e por referência à operação “VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA IGREJA DE SÃO VITOR, BRAGA”:

- a) Acompanhamento técnico das intervenções de conservação e restauro do conjunto retabular barroco, do revestimento azulejar barroco e das cantarias interiores e, de conservação das coberturas e fachada principal da Igreja Paroquial de São Victor, que consistirá numa reunião mensal em obra, com a presença de um técnico



- Superior do Município de Braga com formação na área de Engenharia Civil por um período de 16 meses a contar da data de produção de efeitos do presente protocolo;
- b) Colaborar na dinamização de 4 visitas guiadas à Igreja de São Victor, no decorrer da execução da operação e de 4 visitas guiadas no fim da execução da operação;
 - c) Publicitar em todos os meios de promoção e divulgação disponíveis do Município, as iniciativas e atividades a realizar na Igreja de São Victor no âmbito da operação “VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA IGREJA DE SÃO VICTOR, BRAGA”.

CLÁUSULA 4ª

(Financiamento dos objetivos do protocolo)

Para a implementação dos objetivos identificados na cláusula segunda compete ao Primeiro Outorgante, a Fábrica da Igreja Paroquial de São Vítor, a elaboração da candidatura e respetiva gestão e execução física e financeira da operação “VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA IGREJA DE SÃO VÍTOR, BRAGA” no âmbito do AVISO Nº NORTE2030-2024-31, designado Cultura - Iniciativas Âncora Regionais (“Rotas do Norte”), no âmbito do Regulamento Específico da Área Temática Valorização do Território e Infraestruturas Sociais, REVTIS (Portaria n.º 153-A/2024/1, de 8 de maio), do Norte 2030.

CLÁUSULA 5ª

(Alterações ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser alterado, de acordo com as partes, caso haja necessidade de introduzir modificações de carácter temporal ou material, desde que as mesmas concorram para o aperfeiçoamento ou ampliação de efeitos do mesmo, e não alterem o propósito da operação: “VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA IGREJA DE SÃO VÍTOR, BRAGA”.



CLÁUSULA 6ª

(Gestão do protocolo)

São designados como Gestores deste protocolo, que terão a função de acompanhar a execução deste, António Sérgio Gouveia Garcia Torres, por parte da Primeira Outorgante e pelo Eng. António Peixoto, da Divisão de Gestão de Empreitadas designado pela Direção de Obras Municipais da CM Braga, por parte do Segundo Outorgante.

CLÁUSULA 7ª

(Dúvidas e Omissões)

As dúvidas suscitadas pela aplicação deste Protocolo e as omissões são esclarecidas por comum acordo entre as partes signatárias, dentro do princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução das finalidades expressas.

CLÁUSULA 8ª

(Cessação do Protocolo)

O presente Protocolo pode, a todo o tempo, ser resolvido pelo Segundo Outorgante, caso a Primeira Outorgante deixe de cumprir as obrigações que aqui assume no decurso da execução deste protocolo, bem como, quando não sejam cumpridos os objetivos que constituíram o objeto do presente Protocolo.

O Protocolo pode ainda ser resolvido pelo Segundo Outorgante, por razões de interesse público devidamente fundamentado.

CLÁUSULA 9ª

(Vigência)

Sem prejuízo de uma eventual revisão do acordo de colaboração pelas partes contratantes, a sua execução reporta-se ao período compreendido de 36 meses a contar da data de 2 de janeiro de 2025.



O presente Protocolo é lavrado em duplicado e assinado pelo Presidente da Câmara Municipal de Braga, e pelo Presidente da Fábrica da Igreja Paroquial de São Vítor.

Braga, 4 de dezembro de 2024

Pela Câmara Municipal de Braga, o Presidente

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pela Fábrica da Igreja Paroquial de São Vítor, o Presidente

(António Sérgio Gouveia Garcia Torres)

